

FERRAMENTA CONTÁBIL NA GESTÃO ADMINISTRATIVA DAS EMPRESAS

Bruno Barbosa da Silva

bruno_barbosas@hotmail.com

Taciane Carla Menguine Fontes

taciane_menguine@hotmail.com

Ricardo Henrique Righi

ricardo_rig10@hotmail.com

Prof. Júlio César Siqueira

birobiro21@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo evidencia a importância da contabilidade gerencial como ferramenta de gestão na administração das empresas. Demonstra que a contabilidade pode ser um meio fundamental na tomada de decisões. O objetivo deste trabalho é relatar que durante muito tempo a Contabilidade sempre foi vista como apenas uma ferramenta para satisfazer as obrigações tributárias, porém, que atualmente, em uma economia globalizada e extremamente competitiva, passou a ser indispensável para o sucesso das empresas no fornecimento de informações úteis aos gestores. As demonstrações contábeis devem ser utilizadas como meio de informação visando auxiliar e fornecer resultados valiosos aos administradores, para que, tenham subsídios e possam garantir a saúde econômico-financeira das empresas.

Palavras-Chave: Contabilidade Gerencial, Ferramenta de Gestão e Tomada de decisões.

ABSTRACT

This article highlights the importance of management accounting as a management tool in managing the company. Demonstrates that accounting can be an essential in making decisions. The objective of this study is to report that for a long time Accounting has always been seen as just a tool to meet tax obligations, however, that today, in a globalized and highly competitive, has become indispensable to the success of businesses in providing useful information to managers. The financial statements should be used as a means of seeking information and help provide valuable results to administrators, so that subsidies have to ensure the health and economic-financial firms.

Keywords: Managerial Accounting, Management Tool and Decision-making.

INTRODUÇÃO

O mundo a cada dia mais globalizado, as novas tecnologias, as diversas mudanças verificadas em toda a economia mundial são um desafio para as organizações. A competitividade e a disputa pelo mercado são fatores que exigem um diferencial para que as empresas tenham sucesso e obtenham lucros.

A Contabilidade durante muito tempo foi considerada um procedimento para apuração de tributos, e o Contador que já foi chamado de Guarda Livros passam a exercer papéis essenciais no processo administrativo de uma empresa.

MARION (2003, p. 01) relata:

A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

A Contabilidade Gerencial com caráter informativo é capaz de coletar números e dados e transformá-los em informações precisas sobre a situação econômica das empresas, e desta forma auxiliar os gestores para uma melhor qualidade de suas operações, buscando a redução de gastos, a solidez e rentabilidade financeira da empresa.

Os empresários podem utilizar a contabilidade como importante meio para a análise dos custos dos produtos e de seus serviços, a fim de que possam adequar seus preços de vendas para que tenham lucros, sem distorções e ou prejuízos, para isto a contabilidade gerencial surge como importante fator para ser utilizado no planejamento da empresa.

Sobre isso CREPALPI (2002) ressalta que a contabilidade é essencial para a identificação e mensuração de custos dos produtos e serviços, com função de gerar principalmente decisões rápidas e com suporte para que a administração tome decisões corretas e principalmente precisas.

As Demonstrações Contábeis passam a ser indispensáveis, desde que sejam interpretadas da maneira correta e as informações transmitidas de forma clara e objetiva para os gestores das empresas, fornecendo variáveis sobre rentabilidade, endividamento e liquidez, auxiliando a gestão empresarial.

O objetivo deste trabalho é demonstrar quais os benefícios que a contabilidade gerencial pode proporcionar na gestão administrativa das empresas, pode-se destacar:

- A importância da Contabilidade Gerencial para o fornecimento de informações como instrumento para a tomada de decisões;

- As Demonstrações e Índices Financeiros e Econômicos que possibilitam aos gestores evidenciar e verificar a situação financeira da empresa para que possam fazer um planejamento estratégico.

- A Contabilidade Gerencial e os benefícios para o empresário que pode ter subsídios para garantir a solidez financeira, aumento de lucros e suporte para novos investimentos.

A Metodologia utilizada será pesquisa bibliográfica, principalmente em livros, revistas, artigos científicos, resoluções, leis e a internet sobre a temática.

Este artigo descreve-se como uma pesquisa de caráter exploratório e qualitativa, pois serão analisados diversos estudiosos e escritores para que se tenha uma conceituação e referencial teórico de qualidade e respaldo técnico, possibilitando aos leitores um entendimento claro e possibilidade de utilização das informações obtidas no dia a dia empresarial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. História da Contabilidade

A origem da contabilidade ocorreu devido à necessidade da civilização em fazer os registros do comércio, e de se contabilizar os bens de cada indivíduo. A civilização passou a deixar a caça e a pesca, e voltou – se a agricultura e criação de animais. O homem passou a organizar – se economicamente de forma que cada um possuía o direito de uso do solo de um determinado espaço, desta forma rompeu – se a vida comunitária, ocorrendo o início das divisões de terra e propriedade, assim cada indivíduo passou a desenvolver e criar seus próprios bens e riqueza.

Segundo IUDÍCIBUS e MARION (2002, p.32).

“Todavia, o que fica bem claro é que mesmo sem moeda, escrita e número, a Contabilidade, como inventário, já existia, ficando evidenciado que ela é tão antiga quanto a existência do homem em atividade econômica, ou melhor, quem sabe, do homem sábio.”

Um dos escritores considerados o “Pai da Contabilidade” é o Frei Luca Pacioli pois foi quem escreveu a obra “Tractatus de Computis et Scriptis” (Contabilidade por Partidas Dobradas), este livro foi publicado no ano de 1494 , e enfatizou com clareza o débito e o crédito, evidenciando os números positivos e negativos.

É importante destacar que apesar de ser considerado como já foi citado o Pai da Contabilidade, o método das partidas dobradas de sua obra, já era utilizado na Itália, desde o Século XIV.

A obra de Frei Luca Pacioli, marcou o início de uma nova fase na Contabilidade: A fase Moderna, onde a partir dela diversos outros escritores passaram a escrever novas obras sobre o assunto onde passou a ser mais aprofundada e discutida pela sociedade.

2.1.1. Histórico da contabilidade no Brasil

A contabilidade teve início no Brasil com a vinda da Família Real Portuguesa, onde a mesma implantou na atividade colonial, com o aumento dos gastos públicos, um melhor

controle fiscal das atividades e operações que ocorriam no País, a partir de então foi criado o Tesouro Nacional e Público, juntamente ao Banco do Brasil no ano de 1808.

No início a Tesouraria da Fazenda, tinha a seguinte composição: um inspetor, um contador e um procurador fiscal, onde os mesmos eram encarregados pela arrecadação, distribuição e principalmente administrar os recursos financeiros e fiscais de maneira correta.

Um dos pontos marcantes da Contabilidade no Brasil foi a criação da Escola de Comércio Álvares Penteado, no ano de 1902, onde foi adotado o modelo Europeu de Contabilidade, onde as principais escolas bases eram a italiana e alemã.

No ano de 1946, com a inauguração da faculdade de economia e administração da USP, uma nova escola contábil passou a entrar em nosso país e a exercer forte influência, devido principalmente as multinacionais anglo-americanas, a Escola Contábil Americana.

A Escola Contábil Americana, a partir da criação da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº. 6.404/76) passou a tornar-se mais evidente, pois a filosofia utilizada na mesma era em grande parte norte-americana.

A Contabilidade ao longo do tempo vem passando por diversas mudanças e atualizações. No cenário atual a Lei nº.11.638/07 e 11.941/09, efetuaram diversas mudanças na contabilidade brasileira, principalmente a partir da internacionalização das normas contábeis.

MARION (2010) ressalta que com a chegada da Lei nº.11638/07 é observado um modelo internacional da lei societária e as perspectivas para o profissional que atua na área contábil levam principalmente a novos posicionamentos e alterações nas práticas de contabilidade tradicionais.

2.1.2 Harmonização das demonstrações contábeis (Lei 11.941/09)

Dentre todas as alterações da lei 6.404/76 pela 11.638/07 e 11.941/09, as principais foram:

- (a) Classificação do Ativo e do Passivo em "Circulante" e "Não Circulante";
 - (b) Extinção do grupo Ativo Permanente;
 - (c) Restrição ao longo do exercício de 2008 e extinção, na data de 5/12/08, do subgrupo "Ativo Diferido";
 - (d) Criação do subgrupo "Intangível" no grupo do Ativo Não Circulante;
 - (e) Proibição da prática da reavaliação espontânea de ativos;
 - (f) Aplicação, ao final de cada exercício social, do teste de recuperabilidade dos ativos (teste de impairment);
 - (g) Registro, em contas de ativo e passivo, dos contratos de arrendamento mercantil financeiro (leasing);
 - (h) Extinção do grupo Resultado de Exercícios Futuros;
 - (i) Criação, no Patrimônio Líquido, da conta de "Ajustes de Avaliação Patrimonial";
 - (j) Destinação do saldo de Lucros Acumulados;
 - (k) Alteração da sistemática de contabilização das doações e subvenções fiscais, anteriormente contabilizadas em conta de Reserva de Capital;
 - (l) Alteração da sistemática de contabilização dos prêmios nas emissões de debêntures, anteriormente contabilizados em conta de Reserva de Capital;
 - (m) Extinção da classificação das Receitas e Despesas em Operacionais e Não Operacionais;
 - (n) Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) no conjunto das Demonstrações Contábeis obrigatórias;
 - (o) Obrigatoriedade da elaboração da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) pelas Companhias Abertas;
 - (p) Criação do Regime Tributário de Transição (RTT);
 - (q) Implantação da apuração do Ajuste a Valor Presente de elementos do ativo e do passivo.
- Disponível em:
<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao/cfc/1159_2009.htm>

As principais alterações foram principalmente que o Ativo se subdividiu em dois grupos: Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, o mesmo ocorreu no Passivo.

Houve também a exigência da DFC (Demonstração dos Fluxos de Caixa) em substituição da DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos) e também a exigência da DVA quando o Patrimônio Líquido for superior a R\$2.000.000,00.

2.2 Demonstrações Contábeis Obrigatórias

A partir da Lei nº. 11.638/07 ocorreram algumas alterações nas Demonstrações Contábeis Obrigatórias, onde as mesmas passaram a ser:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC);
- Demonstração do Valor Adicionado (DVA);

Com relação ao Balanço Patrimonial, o mesmo possui a função principal de evidenciar o patrimônio da empresa, a partir dele é possível saber como se encontra de maneira ampla toda a situação financeira, os bens, os direitos, as obrigações e o Patrimônio Líquido.

A Demonstração do Resultado do Exercício de maneira geral demonstra o resultado líquido de um determinado período, a partir dela são contabilizadas todas as receitas obtidas, custos e despesas e é encontrado o lucro ou prejuízo da empresa. Com esta demonstração é possível saber se a empresa está obtendo lucro ou prejuízo em suas atividades, e desta forma verificar se é necessário fazer alterações no planejamento da mesma para que tenha solidez financeira e aumento de lucros.

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia qual foi o destino dos lucros obtidos pela empresa ao final do exercício, demonstrando onde e para que estão sendo destinados os lucros da mesma. A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, como o próprio nome já diz, relata as mudanças ocorridas no Patrimônio Líquido.

A Demonstração de Fluxo de Caixa é um relatório obrigatório e extremamente importante, pois a partir dele o gestor da empresa pode analisar como está a sua situação financeira com relação a contas a pagar e receber, fazendo desta forma um planejamento amplo, visando estabilidade econômica.

A Demonstração do Valor Adicionado possui o papel de evidenciar quanto a empresa conquistou de riquezas em um determinado período analisado e para onde as mesmas foram destinadas.

2.2.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é uma demonstração obrigatória e possui como principal função evidenciar o patrimônio da empresa, seus bens, direitos e obrigações.

IUDÍCIBUS (1998, p.40) explica sobre Balanço Patrimonial “Reflete a posição das contas patrimoniais em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado”.

O Balanço é dividido em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, onde no Ativo encontram-se as contas relacionadas aos bens e direitos da empresa, já no Passivo verifica-se as contas relacionais a Obrigações e o Patrimônio Líquido. O Balanço Patrimonial sofreu diversas alterações a partir da Lei 11.638/07, com a internacionalização das normas contábeis.

MARION (2010, p.49) afirma sobre o Balanço Patrimonial:

com a chegada da lei nº11.638/07 observamos a ênfase num modelo internacional de lei societária. As perspectivas para a profissão contábil, no contexto desta lei, num mundo globalizado, levam a um reposicionamento das práticas e comportamento tradicionais dos profissionais de Contabilidade.

Sobre o Ativo, IUDÍCIBUS (1998, p.41) comenta “São todos os bens e direitos de propriedade e controle da empresa, que são avaliáveis em dinheiro e que representam benefícios presentes ou futuros para a empresa”.

Sobre o Passivo, discorre IUDÍCIBUS (1998, p.41) “Simplificadamente evidencia toda a obrigação (dívida) que a empresa tem com terceiros, contas a pagar, fornecedores de matéria – prima (a prazo), impostos a pagar, financiamentos, empréstimos etc.”.

Já sobre o Patrimônio Líquido conclui IUDÍCIBUS (1998, p.47) “o PL representa os investimentos dos proprietários (capital) mais o lucro acumulado no decorrer dos anos, retido na empresa, ou seja, não distribuído”.

2.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) possui o papel de demonstrar o resultado líquido de um período. Para fins fiscais, a mesma deve ser elaborada uma vez por ano, porém normalmente são verificadas mensalmente com intuito de fornecer informações que podem ser úteis no processo administrativo.

Na DRE são analisadas as receitas obtidas no exercício, os custos e os resultados, onde os mesmos são verificados a partir do princípio contábil da competência.

IUDÍCIBUS e MARION (1995, p.170) relatam sobre a DRE:

a demonstração do resultado do exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas da empresa em determinado período (12 meses). É apresentada de forma dedutiva (vertical), ou seja, das receitas subtraem-se as despesas e, em seguida, indica-se o resultado (lucro ou prejuízo).

2.2.3 Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados e Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

A DLPA demonstra as alterações ocorridas na conta do Patrimônio Líquido, com relação aos Lucros ou Prejuízos acumulados, demonstrando com clareza qual foi o destino dos lucros líquidos obtidos no final do exercício.

A DMPL basicamente evidencia as variações ocorridas no Patrimônio Líquido em um determinado exercício ou período

A lei nº.11638/07 extinguiu a conta Lucros ou Prejuízos acumulados, mesmo assim a DLPA continua sendo executada, porém quando a empresa tem lucros, o mesmo deve ser relatado para que destino será utilizado, como por exemplo: distribuição de lucros, investimentos, aumento de capital, ou reservas.

A DMPL é mais completa, e nela já está incluída a DLPA, desta forma a empresa que faça a DMPL está automaticamente dispensada de fazer a DLPA,

As empresas de Capital Aberto são obrigadas a apresentar a DMPL, devido a uma normatização da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

2.2.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

A DFC possui como principal função demonstrar as movimentações das disponibilidades e o fluxo de caixa em um determinado exercício. A DFC tornou-se obrigatória a partir da Lei nº. 11.638/07 e veio substituir a antiga DOAR (Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos)

Sobre a extinção da DOAR, MARION (2010, p.54) “A Lei nº11.638/07, que alterou a Lei nº. 6.404/76 das Sociedades Anônimas substitui a Demonstração das Origens e a Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa”.

A DFC é um dos relatórios obrigatórios mais importantes para fins gerenciais e tomada de decisões dentro das empresas. A partir dela o empresário pode melhor programar suas

contas a pagar de acordo com seus recebimentos, de modo que não seja necessário aporte de capital.

MARION (2010, p.54) ratifica sobre a DFC “a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as modificações ocorridas no saldo de disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa) da companhia em determinado período por meio de fluxos de recebimentos e pagamentos”.

2.2.5 Demonstração do Valor Adicionado

A DVA (Demonstração do Valor Adicionado) objetiva demonstrar a riqueza obtida pela empresa em um determinado período, além de evidenciar quanto do mesmo foi destinado a cada seguimento da instituição, bem como: empregados, sócios, banqueiros, governo e a própria empresa considerando possíveis novos investimentos.

MARION (2010, p.59) explica sobre a DVA:

A DVA evidencia quanto de riqueza uma empresa produziu, ou seja, quanto ela adicionou de valor a seus fatores de produção, e de que forma essa riqueza foi distribuída (empregados, governo, acionistas, financiadores de capital) e quanto ficou retido na empresa.

2.2.6 Notas Explicativas

As Notas Explicativas possuem papel basicamente de complementação das demonstrações. As Notas Explicativas visam informar quais foram as práticas contábeis e os critérios de avaliação utilizados nos elementos patrimoniais.

IUDÍCIBUS e MARION (1995, p.204) definem Notas Explicativas: “também conhecidas como “Notas de Rodapé”, as Notas Explicativas são normalmente destacadas após as Demonstrações Financeiras”.

2.3 Contabilidade Gerencial

Atualmente em todo o cenário mundial observam-se constantes mudanças e principalmente competição entre as organizações que estão sempre em busca de um

diferencial para manter-se no mercado e principalmente obter crescimento e aumentos de lucros.

Mudanças ocorrem no meio social, político, financeiro, econômico e tecnológico, exigindo dos gestores das empresas estratégias e métodos confiáveis para que possam tomar decisões corretas, e claras com máxima exatidão em busca de solidez financeira e sucesso empresarial.

Conforme IUDÍCIBUS, MARTINS e GELBCKE (2006, p.48):

A contabilidade é, objetivamente, um sistema de informação e avaliação destinado a prover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física, e de produtividade, com relação a entidade objeto de contabilização

No passado a Contabilidade era considerada apenas uma atividade voltada ao pagamento de tributos e satisfação de exigências fiscais, vem passando no decorrer dos anos por uma evolução e a cada dia passa a ser mais valorizada pelas empresas.

Segundo FABRETTI (1998) a contabilidade é uma ciência social que possui o papel de estudar, registrar e controlar o patrimônio, e apresentar ao final de cada exercício social a situação econômico-financeira da entidade.

Claro que em muitas empresas ainda infelizmente é utilizada como já foi citado, apenas para suprir as exigências tributárias ao Fisco.

MARION (2003) ressalta que no Brasil em alguns segmentos da economia, principalmente em micro e pequenas empresas o trabalho do contador é voltado apenas para atender as responsabilidades fiscais e tributárias.

O Contador atualmente deve exercer funções pró-ativas dentro das organizações e principalmente fornecer subsídios aos administradores. A Contabilidade Gerencial coleta dados, e transforma os mesmos em informações para os gestores, que a partir das mesmas passam a ter uma visão geral da saúde financeira da empresa.

A exigência de informações rápidas no âmbito empresarial, faz com que haja necessidade de um instrumento que facilite estas operações contábeis. Os Sistemas de Informações Gerenciais então surgem como uma ferramenta essencial nesse processo, pois são capazes de em um curto espaço de tempo, fazer um levantamento de grande quantidade de números e dados, e desta forma traduzi-los em informações aos gestores das empresas, fazendo uma ligação da Contabilidade Financeira e Contabilidade Gerencial.

Para BATISTA (2004, p. 22), o sistema de informação gerencial:

É o conjunto de tecnologias que disponibilizam os meios necessários à operação do processamento dos dados disponíveis. É um sistema voltado para a coleta, armazenagem, recuperação e processamento de informações usadas ou desejadas por um ou mais executivos no desempenho de suas atividades. É o processo de transformação de dados em informações que são utilizadas na estrutura decisória da empresa, proporcionam a sustentação administrativa para otimizar os resultados esperados.

PADOVEZE (2002, p.59) relata sobre a relação do profissional contábil e os sistemas de informações:

Devem ser dinâmicos, flexíveis, possuir interação homem/máquina, suporte à decisão e auxílio nas previsões sobre o futuro. Devem ter como relevância o suprimento de informações para promover a eficácia operacional e decisória.

A Tecnologia da Informação e a Contabilidade devem passar a andar lado a lado, com objetivo principal de trazer benefícios para garantir que sejam tomadas decisões gerenciais precisas com qualidade e pontualidade. Uma empresa que possua profissionais capacitados e seja respaldada de um sistema de informação gerencial eficaz, com certeza terá grandes chances de evitar falhas, reduções nos custos das operações e principalmente maiores chances de sucesso em seu ramo de atividade empresarial e corporativo.

PADOVEZE (2002, p.46) afirma:

O valor da informação reside no fato de que ela deve reduzir a incerteza na tomada de decisão, ao mesmo tempo em que procura aumentar a qualidade da decisão. Ou seja, uma informação passa a ser válida quando sua utilização aumenta a qualidade decisória, diminuindo a incerteza do gestor no ato da decisão.

2.3.1 Importância da Contabilidade Gerencial

A Contabilidade Gerencial é instrumento de suma importância para a gestão administrativa de uma empresa, onde a mesma passa a ter valor a partir do momento em que passa a estar envolvida no processo administrativo, desde a identificação e mensuração dos dados, até a análise e interpretação dos mesmos.

KOUNROUZAN (2008) destaca sobre o profissional contábil e a contabilidade gerencial:

As competências para o desempenho da profissão contábil, de acordo com as condições atuais de mercado, devem ser: competências gerais, comerciais, organizacionais e técnicas: a) Competências gerais - envolvem conhecer e entender as correntes econômicas, políticas, sociais e culturais de uma forma global; b) Competências comerciais - referem-se ao conhecimento do segmento de mercado em que esteja atuando; c) Competências organizacionais - conhecimento do processo operacional da organização em sua área de atuação, através do conhecimento e interação entre o mercado e o grupo organizacional; d) Competências técnicas - conhecimento das normas e princípios contábeis, ser capaz de desenvolver, analisar e implantar sistemas de informações contábeis e de controle gerencial.

Para MARION (2003, p. 25) “contabilidade pode ser considerada como sistema de informação destinada á prover seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisão”.

A partir da Contabilidade Gerencial é possível:

- Fazer uma avaliação do desempenho da empresa;
- Elaborar planos administrativos;
- Corrigir falhas com intuito de proporcionar uma melhor gestão;
- Possibilitar a empresa condições para que obtenha maiores lucros.

A Contabilidade deve ser principalmente uma ferramenta para a tomada de decisões dentro das organizações a fim de proporcionar condições para que a entidade tenha confiança e subsídios administrativos para possíveis corte de gastos, adequação de formas de pagamentos (compra e venda) além de novos investimentos.

PADOVEZE (1994, p.24) descreve: “a contabilidade gerencial é relacionada com o fornecimento de informações para administradores, isto é, aqueles que estão dentro da organização e que são responsáveis pela direção e controle de suas operações”.

2.4 Índices Financeiros e Econômicos

A partir da necessidade de informações alguns elementos vêm ganhando destaque no processo administrativo como ferramenta de apoio à tomada de decisões, são os Índices Financeiros e Econômicos, que visam o fornecimento de informações técnicas e teóricas sobre a situação financeira e econômica da empresa.

Dentre os índices principais podemos destacar:

- Análise Vertical e Horizontal
- Índices de Liquidez
- Índices de Endividamento
- Índices de Rentabilidade

HOJI (2004, p. 280) afirma sobre a utilização da Análise de Índices: “a técnica de análise por meio de índices consiste em relacionar contas e grupos de contas para extrair conclusões sobre tendências e situações econômico-financeira da empresa”.

A partir da Análise de Balanços é possível ter uma visão da situação da empresa no passado, a posição presente em que a mesma se encontra e com isso fazer projeções e planejamento para o futuro.

Sobre a Análise de Balanços conclui ASSAF NETO (2002, p. 48):

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinaram a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

2.4.1 Análise Vertical

Na análise vertical verificamos a participação de cada conta ou grupo de contas da Demonstração do resultado ou do balanço patrimonial em relação a um total denominado valor base.

Na análise das demonstrações financeiras, o valor base refere-se a:

- Total do ativo
- Total do passivo + Patrimônio líquido
- Receita líquida (DRE)

ASSAF NETO (2002 p.108) conclui: “A análise vertical, é também um processo comparativo, expresso em porcentagem, que se aplica ao se relacionar uma conta ou grupo de contas com um valor afim ou relacionável, identificado no mesmo demonstrativo”.

Com a análise vertical torna-se possível verificar onde esta a concentração de recursos da empresa, obtendo desta forma um resultado relevante de como se encontram aplicados os recursos da mesma e se está conseguindo controlar os seus gastos em relação a sua receita líquida.

Conforme comenta IUDÍCIBUS (2008, p. 83) “este tipo de análise é importante para avaliar a estrutura de composição de itens e sua avaliação no tempo”.

2.4.2 Análise Horizontal

Com esta análise podemos analisar a estrutura da empresa comparando com demonstrações de diferentes períodos, levando em consideração o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício, sendo obrigatório ter de dois ou mais exercícios para a comparação da evolução dos números da empresa. O primeiro ano de demonstrações é o que chamamos de ano base e todo o cálculo será feito sobre esse ano.

ASSAF NETO (2002, p.100) “A análise horizontal é a comparação que se faz entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas, em diferentes exercícios sociais”.

Segundo PADOVEZE (2000, p. 141) “A análise horizontal é o instrumento que calcula a variação percentual ocorrida de um período para outro, buscando evidenciar se houve crescimento ou decréscimo do item analisado”.

Contudo, para comprovação das informações obtidas pela análise horizontal, é recomendável a utilização da análise vertical ao mesmo tempo.

2.4.3 Índices de liquidez

A análise de liquidez é realizada através do cálculo e interpretação dos índices de liquidez, onde os mesmos avaliam a capacidade de pagamento e solvência das dívidas da empresa.

MARION (2010, p 73) afirma sobre os Índices de Liquidez: “São utilizados para avaliar a capacidade de pagamento da empresa, isto é, constituem uma apreciação sobre se a empresa tem capacidade para saldar seus compromissos”.

Os índices de liquidez normalmente empregados são:

- Liquidez geral
- Liquidez corrente
- Liquidez seca
- Liquidez imediata

2.4.4 Liquidez Geral

Sua função é indicar a liquidez da empresa no curto e longo prazo verificando a capacidade da mesma em quitar suas obrigações.

MARION (2010, p.79) conceitua sobre a Liquidez Geral “Mostra a capacidade de pagamento da empresa à Longo Prazo, considerando tudo o que ela converterá em dinheiro (a Curto e Longo Prazo), relacionando-se com tudo o que já assumiu como dívida (a Curto e Longo Prazo)”.

Um índice de Liquidez geral alto significa que a empresa é capaz de cumprir todas as suas obrigações financeiras e ainda resta dinheiro para novos investimentos.

2.4.5 Liquidez Corrente

A Liquidez Corrente possui o caráter de informar ao gestor a capacidade de pagamento da empresa levando em conta as obrigações em curto prazo. São utilizados como base para o cálculo deste índice apenas o Ativo Circulante e o Passivo Circulante.

MARION (2010, p. 73) afirma “Este índice reflete a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo”.

IUDÍCIBUS (1998, p.100) relata “É um índice muito divulgado e frequentemente considerado como o melhor indicador da situação de liquidez da empresa”.

2.4.6 Liquidez Seca

Tem como objetivo apresentar a capacidade de pagamento da empresa no curto prazo sem levar em conta os estoques, que são considerados como elementos menos líquidos do Ativo Circulante.

IUDÍCIBUS (1998, p.102) justifica sobre Liquidez Seca “Eliminando-se os estoques do numerador, estamos eliminando uma fonte de incerteza”.

Sobre a Liquidez Seca, MARION (2010) diz que um índice de liquidez seca baixo, não exatamente significa que a empresa encontra-se em situação financeira insolvente. No caso de um supermercado, onde os estoques são altos e as vendas são à vista, ter um índice de liquidez baixa é normal, para uma melhor análise é preciso comparar com outros índices de empresas do mesmo setor.

2.4.7 Liquidez Imediata

O índice de liquidez imediata mostra o quanto à empresa dispõe imediatamente em caixa para saldar suas dívidas de Curto Prazo. De maneira geral este índice não deve ser utilizado como ferramenta de gestão.

PIZZOLATO, (2000, p.125) discorre:

Este índice relaciona o disponível imediato, incluindo caixa, bancos e títulos negociáveis, para fazer face aos pagamentos de curto prazo. A situação da empresa da empresa não parece muito favorável caso o ambiente econômico seja instável; do contrário, este índice pode não ser relevante diante da dinâmica do negócio, que no dia-a-dia vai vendendo produtos e produzindo mais caixa a tempo de atender às obrigações.

2.4.8 Índices de Endividamento

A partir da análise do Índice de Endividamento a empresa pode avaliar se utiliza mais recursos de terceiros ou recursos próprios.

IUDÍCIBUS (1998, p.104) “Grande parte das empresas que vão a falência apresentam, durante um período relativamente longo, altos quocientes de Capitais de terceiros/Capitais Próprios”.

A partir da análise deste índice é possível constatar se o endividamento da empresa é composto por obrigações a curtos ou longos prazos.

Com relação a o Endividamento é importante dizer que uma empresa que possui muitas obrigações a serem pagas em um curto período (curto prazo) em um momento de instabilidade financeira corre o risco de ser obrigada a desfazer de seu estoque em uma liquidação forçada, correndo sérios riscos. A partir disso fica evidente que é a melhor solução é negociar para pagamento à Longo Prazo, porém claro sempre procurar pagar a menor taxa de juros, para evitar o aumento das despesas financeiras.

MARION (2010, p.94) diz:

se a composição do endividamento apresentar significativa concentração no Passivo Circulante (Curto Prazo), a empresa poderá ter reais dificuldades num momento de reversão do mercado (o que não aconteceria se as dívidas estivessem concentradas no Longo Prazo). Na crise ela terá poucas alternativas: vender seus estoques na base de uma “liquidação forçada” (a qualquer preço), assumir novas dívidas a Curto Prazo que, certamente, terão juros altos, o que aumentará as despesas financeiras.

2.4.9 Índices de Rentabilidade

Os índices de Rentabilidade como o nome já diz, buscam informar ao administrador a partir das demonstrações contábeis a rentabilidade de seu negócio. Demonstram o potencial de vendas da empresa e a capacidade da mesma de gerar lucros.

Para uma boa análise da rentabilidade é necessária uma comparação com os índices de outras empresas do mesmo setor, desta forma realmente verifica-se a rentabilidade da empresa analisada é adequada e ou satisfatória em seu seguimento de trabalho.

IUDÍCIBUS (1998, p.110) “Devemos relacionar o lucro de um empreendimento com algum valor que expresse a dimensão relativa do mesmo, para analisar quão bem se saiu a empresa em determinado período”.

Os seguintes índices são utilizados para efetuar a análise da rentabilidade:

- Margem Operacional sobre Vendas;
- Margem Líquida sobre Vendas;
- Rentabilidade do Ativo Total;
- Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

2.5 Benefícios para o empresário de conhecer os índices econômicos e financeiros

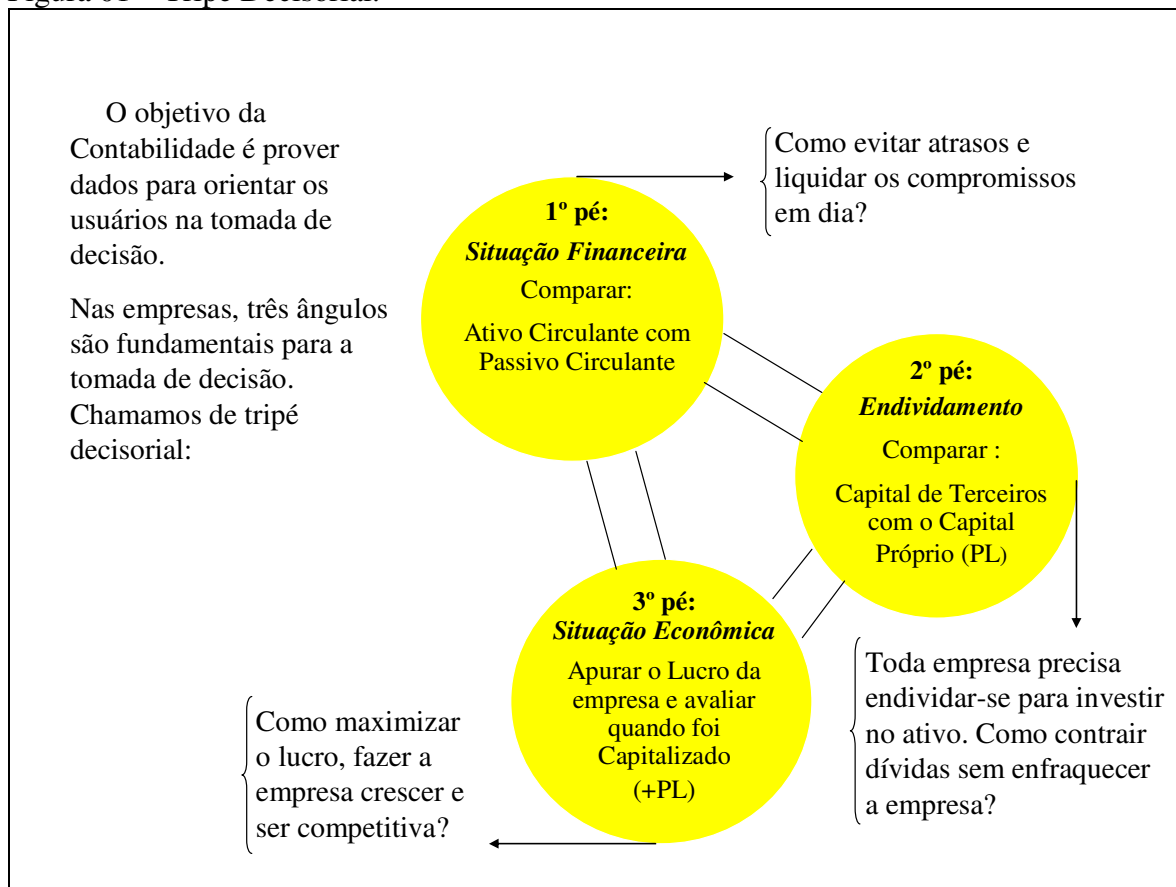
A partir dos índices econômicos e financeiros o empresário desde que seja respaldado por profissionais da área contábil que realmente lhe forneçam informações confiáveis e estejam atualizados com as constantes mudanças na área contábil, poderá ter um grande diferencial frente a seus concorrentes.

KOUNROUZAN (2008) conceitua sobre o profissional contábil:

o profissional da área contábil, que tem como uma de suas responsabilidades a geração e formação de todas as operações realizadas em uma empresa, bem como mostrar se as decisões tomadas foram adequadas ou não, precisa estar preparados para atender as necessidades atuais de uma economia globalizada.

Com os Índices Econômicos e Financeiros o empresário, terá uma ferramenta de informação para a tomada de decisões. Além do que procurar administrar sua empresa de forma a garantir a Liquidez, Solvência Financeira, Rentabilidade e um bom nível de Endividamento sem correr riscos.

Figura 01 – Tripé Decisorial.



Fonte: <http://www.marion.pro.br/portal/modules/wfdownloads/viewcat.php?cid=10>

Ao analisar o Tripé Decisorial, é possível concluir que a Contabilidade Gerencial deve transmitir informações úteis para que as empresas mantenham uma boa situação financeira, evitando atrasos nos pagamentos das obrigações e compromissos financeiros. Outro ponto importante é com relação ao Endividamento que se torna necessário para que a empresa obtenha crescimento, porém, é preciso muito cuidado para não correr riscos demasiadamente e manter um equilíbrio entre recursos de terceiros e recursos próprios. Com relação a Situação Econômica, os Índices são importantes no gerenciamento da empresa visando maiores lucros, crescimento e competitividade.

A partir dos Índices relacionados com a Liquidez, o gestor pode prover de dados sobre a capacidade de pagamento de sua empresa no curto e longo prazo, desta forma promover um planejamento estratégico.

Conforme GROPELLI (2002, p.357) “em essência, os índices de liquidez testam o grau de solvência da empresa”.

Com as Análises Vertical e Horizontal, pode saber onde encontram – se a maior parte de seus recursos, além do que fazer uma comparação com exercícios anteriores, buscando tomar melhores decisões para o futuro.

Analisando os Índices de Endividamento é possível que o administrador organize melhor suas compras e contas a pagar, de forma que não prejudique a situação financeira da empresa e garanta a solvência da mesma. Uma empresa com um endividamento muito alto corre o risco de ter que vender seu estoque a preços muito baixos para gerar dinheiro ou fazer empréstimos a juros abusivos.

A Rentabilidade é extremamente necessária, não adianta ter uma empresa organizada, bem estrutura mais que não seja capaz de gerar lucros. Com deste índice é possível identificar se a empresa está no caminho certo nos negócios, pois se analisa diversos fatores como: a Margem Operacional, a Margem Líquida, e Rentabilidade do Ativo e do Patrimônio Líquido da empresa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir deste artigo ficou evidente que a Contabilidade Gerencial é uma ferramenta fundamental no processo de tomada de decisões. A competitividade em todo o cenário mundial exige que as empresas tenham um diferencial no processo administrativo, desta forma os relatórios contábeis surgem como um meio de auxílio gerencial.

Os Índices Financeiros e Econômicos demonstram a real situação econômica e financeira da empresa. Analisam fatores como Liquidez, Solvência, Endividamento e Rentabilidade, munindo os gestores e empresários de informações que podem ser utilizadas como caráter decisório para novos investimentos, redução de custos e principalmente estabilidade econômica e aumento de lucros.

Os Relatórios de Análises fornecem informações tanto para o âmbito interno, como para o externo da empresa, pois através deles internamente podem ser utilizadas as informações obtidas para uma maior qualidade da gestão, além do que podem ser feitas comparações externas com outras empresas do mesmo setor, verificando se realmente a empresa está obtendo rentabilidade e sendo competitiva no seu ramo de atuação no mercado.

Um dos objetivos do presente artigo foi demonstrar para os leitores e administradores que ainda não conhecem ou tenham medo de utilizar a Contabilidade Gerencial na sua empresa, o quanto a mesma desde que seja elaborada corretamente e por profissionais capacitados é essencial para a tomada de decisões.

Com a necessidade de decisões rápidas no cenário empresarial a Contabilidade utilizada em conjunto com Sistemas de Informações eficazes, é capaz de fazer uma relação de um grande número de dados em curto tempo e transformá-los em informações gerenciais.

O Contador é a chave fundamental no fornecimento dos relatórios gerenciais. É importante destacar que o mesmo deve estar devidamente capacitado e atualizado com as normas contábeis para que possa exercer suas funções de maneira correta sem distorções e falhas.

O Profissional Contábil deve ter a visão de que precisa ter conhecimento de todo o meio empresarial em que atua, para que possa transmitir as informações de forma confiável e colaborar com a constante busca pelo sucesso e cumprimento da missão e objetivo da empresa.

8. Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços – um enfoque econômico-financeiro comércio e serviços, industriais, bancos comerciais e múltiplos**. 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2002.

ASSAF NETO, Alexandre, **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. – 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2002.

BATISTA, Emerson de Oliveira. **Sistema de Informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Curso Básico de Contabilidade de Custos**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

FABRETTI, Lúdio Camargo. **Contabilidade Tributária**. 4ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 1998.

GROPPELLI, A.A.; Nikbakht, Ehsan. **Administração Financeira**, 2.ed. São Paulo, Saraiva, 2002.

HOJI, Massakazu. **Administração Financeira**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos **Introdução à teoria da contabilidade para o nível de graduação**. 3.ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**. 3.ed. São Paulo: Atlas 1995.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Elizeu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade da Sociedade por Ações: Aplicável às demais sociedades**. FIPECAFI. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc. **O perfil do profissional contábil**. Disponível em: <<http://www.oswaldocruz.com.br/download/artigos/social17.pdf>>. Acesso em 11 de Março de 2012 às 14h30min.

Marion, José Carlos. **Tripé Decisorial**. Disponível em: <<http://www.marion.pro.br/portal/modules/wfdwnloads/viewcat.php?cid=10>>. Acesso em 22 de Março de 2012 às 21h30min.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis: Contabilidade Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistemas de informação contábil.** São Paulo: Atlas, 1994.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PADOVEZE, Clóvis Luís, **Sistemas de informações contábeis: fundamento e análise.** 3 ed – São Paulo. Atlas, 2002.

Pizzolato, Nélio D., **Introdução à contabilidade gerencial – 2ª edição – revisada e ampliada-** São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC N° 1.159 publicada no Diário Oficial da União em 13/02/0009. Disponível em: <<http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocfc1>> Acesso em 12 de março de 2012, às 23h30min.